



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

CURSO DE PEDAGOGIA - PARFOR/CAPES/UEPB

ANA LÚCIA DE OLIVEIRA SILVA

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Uma pratica diferente da teoria e longe das políticas públicas na Escola Dep.

José Mariz da rede municipal de ensino de Conde/PB

JOÃO PESSOA

2015

ANA LÚCIA DE OLIVEIRA SILVA

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

**Uma pratica diferente da teoria e longe das políticas públicas na Escola Dep.
José Mariz da rede municipal de ensino de Conde/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. Wallene Cavalcante

JOÃO PESSOA

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S768f Silva, Ana Lúcia de Oliveira
A formação dos profissionais da educação infantil
[manuscrito] : uma prática diferente da teoria e longe das políticas
públicas na escola Dep. José Mariz da rede municipal de ensino de
Conde/PB / ANA LÚCIA DE OLIVEIRA SILVA. - 2015.
38 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,
Técnico e Educação à Distância, 2015.
"Orientação: Prof. Ms.Wallene de Oliveira Cavalcante,
PROEAD".
1. Educação Infantil. 2. Educar/Cuidar. 3. Docentes. I.
Título.

21. ed. CDD 372.24

ANA LÚCIA DE OLIVIERA SILVA

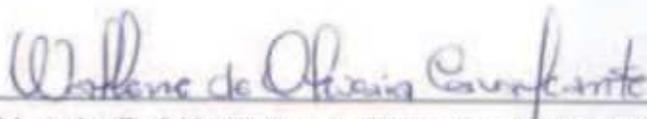
A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Uma prática diferente da teoria e longe das políticas públicas na Escola Dep. José
Mariz da rede Municipal de Ensino de Conde - PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Estadual da Paraíba - PARFOR
como requisito para obtenção do
título de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

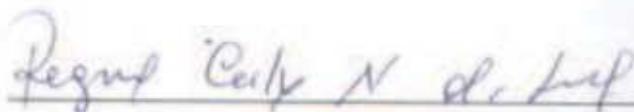
Data de Apresentação: 01/08/2015.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Me. Wallene de Oliveira Cavalcante - UEPB



Profa. Ma. Regina Celly Nogueira da Silva - UEPB



Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos - UEPB

Dedico ao Pai Celestial que está acima de tudo, pois fortalece-me nas minhas angustias e nas minhas decisões, dotando-me de todas as condições necessárias para vencer as batalhas diárias em todos os planos em minha vida. Também dedico as minhas queridas filhas: Maria Geannine e Danielle e ao meu filho D'Angelles com todo amor e carinho que tenho por eles.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar saúde, fé e perseverança para atingir os meus objetivos.

Agradeço aos meus queridos professores e professoras que ao longo desses anos, aprendi com eles (as) que, o saber não é estanque, o saber é contínuo e inacabado.

Agradeço ao meu querido orientador: Professor Ms. Wallene Cavalcante pela compreensão e por todo apoio que demonstrou comigo durante esta longa caminhada.

Quando as crianças brincam

Quando as crianças brincam
E eu as oiço brincar,
Qualquer coisa em minha
alma
Começa a se alegrar,

E toda aquela infância
Que não tive me vem,
Numa onda de alegria
Que não foi de ninguém.

Se quem fui é enigma,
E quem serei visão,
Quem sou ao menos sinto
Isto no coração.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este trabalho é resultado do estudo investigativo qualitativo da prática docente das profissionais que atuam na Educação Infantil. Foi realizado na Escola José Mariz no município de Conde – PB. O objetivo foi analisar a prática docente destas profissionais e suas concepções acerca da educação infantil, bem como, as contribuições dessa prática no desenvolvimento das crianças. Com base em estudos de importantes teóricos que abordam e fundamentam a prática pedagógica como fazer fundante e estruturante no processo ensino aprendizagem, partindo desses pressupostos, apoio-me e reflito sobre a prática docente na educação infantil; fazendo uma leitura analítica para a pesquisa de campo. Como procedimento metodológico, o campo empírico do meu estudo foi em uma instituição da rede pública de ensino, delimitando o campo de trabalho em duas salas de aulas. A análise dos dados apontou que possivelmente a prática de uma das professoras está baseada numa concepção sócio interacionista com diferentes estratégias de aprendizagem e favorece o desenvolvimento das crianças nessa etapa da Educação Básica, enquanto, observei que a outra profissional devido à ausência de um perfil adequado não estar correspondendo ao processo indissociável que é Educar/Cuidar.

PALAVRAS CHAVES: Educação Infantil – Educar/Cuidar - Profissionais

ABSTRACT

This work is the result of qualitative investigative study of teaching practice of professionals working in Early Childhood Education was held at the School José Mariz in the municipality of Conde - PB. The aim was to analyze the teaching practice of these professionals and their conceptions of early childhood education as well as the contributions of this practice in the development of children. Based on theoretical studies that address important and underlying pedagogical practice as foundational and structural make the learning process, where support me and reflect on teaching practice in early childhood education. Making an analytical reading for field research. As methodological procedure, the empirical field of my study at an institution of public schools, limiting the labor camp in two classrooms. Data analysis pointed out that possibly the practices of the teachers is based on a social interactional design with different learning strategies, promotes the development of children in this stage of basic education while the other professional is weak in this process that is inseparable Educate / Caring.

KEY WORDS: Early Childhood Education - Educate / Care - Professionals

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	OBJETIVOS.....	13
1.1	Objetivo Geral.....	13
1.2	Objetivo Especificos.....	13
2	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
2.1	Brasil.....	14
2.2	Na Escola Municipal Deputado José Mariz.....	16
2.2.1	Histórico da Escola.....	16
2.2.2	Perfil da Comunidade Escolar.....	19
2.2.3	Função Social da Escola.....	20
3	POLITICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
4	O PERFIL DO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	25
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33
	ANEXOS 1 (Quadro de dependências atual da escola)	34
	ANEXOS 2 (Fotos).....	35

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem como tema principal **A formação dos profissionais da Educação Infantil**. Pois, utilizarei o Estágio Supervisionado para investigar a dinâmica de todo o processo educacional nesta modalidade de ensino. O referido estágio foi desenvolvido na E.M. Deputado José Mariz, no distrito de Jacumã no Município de Conde/PB. Optei em fazer pesquisa, e esta, será à base de todo o desenvolvimento deste trabalho na Educação Infantil. Devido as minhas observações feitas durante o estágio na mesma unidade de ensino, primeiro houve a observação, depois a intervenção e o que mais me chamou atenção, foi a questão da ausência de uma formação continuada específica das profissionais voltada e adequada para atuarem com as crianças.

Como a Educação Infantil é uma das primeiras etapas da Educação Básica do nosso país, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei. Nº 9.394/1996), a mesma deveria, realmente, estar como prioridade máxima para toda o sistema público de ensino, principalmente, no município em questão e na escola observada, pois a delimitação de minha pesquisa se fará neste âmbito educacional. A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- na Seção II, afirma:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Por se tratar de uma das etapas onde afirmo categoricamente ser a mais importante, a escola, por conseguinte, não possui uma estrutura física adequada em seus espaços, até por falta de fiscalização das instâncias superiores em relação à educação infantil que é o objeto em foco da pesquisa na instituição educacional e no município, é importante que haja uma adequação ou até mesmo uma reforma em sua legislação municipal, onde observei que mesmo as políticas públicas nacionais existentes atualmente, não estão sendo respeitadas, e as professoras, que por falta

de estímulos, por falta de recursos didáticos pedagógicos adequados ou por não terem um perfil de educador/cuidador para trabalharem com crianças na pré-escola, estão trabalhando em salas inadequadas e até mesmo por não terem formação pedagógica específica e a secretaria de educação não oferecer capacitações para que elas possam se habilitar para o trabalho com crianças, sejam, em creches ou pré-escolas. Foi nítido perceber que estas profissionais estão se deixando envolver pela mesmice do faz de conta que ensina e que a escola esta de acordo com as políticas públicas.

Sabemos que é nesta fase que a criança está construindo sua identidade, então, se faz necessário que a professora seja à mediadora dessa iniciação para que ao inseri-la no grupo, junto a ela, enquanto professora, as crianças possam, de maneira adequada e suave, formar sua personalidade e que sua autoestima não seja abalada.

Observei que os problemas que as professoras enfrentam na escola, contribuem para que elas não desenvolvam um trabalho satisfatório junto aos alunos, e que esses problemas advindos, também colaboram para que as educadoras não consigam trabalhar ou formar um perfil de educador infantil. A ausência do planejamento anual e do plano de aula são outros fatores determinantes para que os problemas se tornem cada dia mais grave.

Outro aspecto que me chamou atenção foi à estrutura física da escola. As crianças ficam em salas apertadas, sem espaço para jogos e brincadeiras, pois é através e com o lúdico, que elas aprendem e desenvolvem suas capacidades física, cognitiva, afetiva e social e é neste momento que ocorre sua aprendizagem, e estas se dão de forma efetiva. A escola não dispõe de espaço para recreação, as crianças permanecem desde o momento que chegam à escola, dentro da sala de aula, até o momento de irem para suas residências.

Todas essas dificuldades apresentadas e mencionadas estão acarretando problemas na aprendizagem das crianças na escola E.M Dep. José Mariz, estas carregam o fardo de se tornarem analfabetos funcionais, devido a uma aprendizagem deficitária em sua base educacional, levando-as em sua grande maioria por toda a sua vida acadêmica.

O trabalho será apresentado em três capítulos, onde estes iniciarão a partir do segundo: no segundo farei uma análise da História da Educação Infantil no Brasil e no Município de Conde. O foco é na Esc. José Mariz, pois é necessário conhecer

um pouco acerca dessa modalidade de ensino e seus desdobramentos, principalmente na escola citada.

O terceiro capítulo é destinado às políticas públicas voltadas para a educação infantil, nesse, a leitura de toda a legislação que certificam e promovem a educação infantil como parte principal da educação básica de nosso país é de fundamental importância. Trarei também a luz da questão, os profissionais da educação que atuam nesta modalidade de ensino e suas responsabilidades como educadores.

O quarto e último capítulo é a base teórica e referencial desta pesquisa, onde a formação do profissional e o perfil destes irão ajudar a compreender que o profissional da educação infantil que se predispõe a ser um educador/cuidador, transforma e ajuda de forma efetiva a aprendizagem das crianças, onde estes passarão a desenvolver-se em todas as áreas. Para os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino é necessário ter como base inicial uma formação pedagógica polivalente, onde o professor trabalha com conteúdo de naturezas diversas, no entanto, se tratando de educação infantil vai mais além do que ser polivalente. É essencial que o educador reveja sua prática pedagógica, onde o planejamento e o cuidar/educar estejam presentes diariamente em suas práticas, sendo assim o trabalho deste profissional transcorrerá de todo modo a contento.

1.1 OBJETIVOS

1.2 Objetivo Geral

- ❖ Apresentar os fundamentos teóricos que devem embasar a Educação Infantil na E.M Dep. Jose Mariz, para que a mesma possa tornar-se a pedra fundamental desta modalidade de ensino na instituição escolar em questão.

1.3 Objetivos Específicos

- ❖ Pesquisar a história da Educação Infantil no Conde e no Brasil;
- ❖ Comentar sobre as políticas públicas da educação infantil;
- ❖ Analisar o perfil do profissional que atua com a Educação Infantil;
- ❖ Investigar a dinâmica da educação infantil, para o desenvolvimento das crianças e suas implicações em sua formação pessoal;

2. A HISTORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 No Brasil

As crianças no século XIX eram tidas como “crias” da casa, cuja responsabilidade era exclusivamente da família, se estas fossem abastadas, a educação doméstica era deixada por conta dos criados. Elas tinham sua inserção social no seio familiar, no entanto, sua presença geralmente era ocultada pelo grupo. Nas palavras de Katia de Queirós, segundo Miriam L. Moreira (2009. p.1), “as crianças não recebiam atenção especial, eram duplamente mudas, não eram percebidas, nem ouvidas, nem falavam, nem delas se falava”. Os adultos não permitiam que se pronunciassem em público e nem tampouco permitiam sua presença nas rodas de conversa ou até mesmo rodando os salões, existia um forte preconceito quando se tratava dos menores. As crianças passavam para a fase adulta com pouca idade, vejamos o que diz MIRIAM L. MOREIRA (2009. p.21);

O código filipino, que continuou a vigorar até o fim do século XIX, a maioria se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizou toda a vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão.

Ao falar sobre crianças, não poderei deixar de mencionar um momento histórico vivido na sociedade, onde as crianças eram deixadas na roda dos expostos, esse fato da nossa história que ocorreu no Brasil entre 1726-1950, foi criada no período Colonial, passou pelo Império e estendeu-se até a República, onde foi extinta na década de 50. Como não existia uma preocupação com a educação infantil, as crianças não aparecem nas instituições escolares até 1897, onde é criado na gestão de Bernardino de Campos o edifício do Jardim da Infância.

O Jardim da Infância estabelecido nesse período de acordo com Carlos Monarcha (2009. p.120), único em seu gênero no Brasil, tinha como finalidade a “educação dos sentidos” de crianças com idade entre 4 e 7 anos, esta teoria foi fundamentada no pensamento de Friedrich August Froebel, onde o Jardim da Infância oferecia para as crianças as atividades lúdicas como: os jogos, os cantos, as danças, os contos, as pinturas e as marchas e que, cujo objetivo era propiciar o desenvolvimento dos sentidos nas crianças.

Como a aprendizagem das crianças se dá através da interação entre os sujeitos e conseqüentemente através da ludicidade, a criança desenvolve-se de forma integral. Este Jardim da Infância, mesmo não tendo a preocupação com o Cuidar, não deixou em segundo plano o Educar, quando ofereceu pedagogicamente o lúdico.

As creches criadas no Brasil tinham como sua base principal o assistencialismo, pois serviam para receber crianças cujas mães trabalhassem fora do seu domicílio. Em 1970, foi instituída a educação pré-escolar ou como foi chamada “educação compensatória”, para crianças de quatro a seis anos. A educação compensatória tinha como objetivo suprir a educação cultural que faltava no seio familiar. O programa de educação pré-escolar de massa - o Projeto Casulo – foi implantado em 1976, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão federal de assistência social que tinha como objetivos a prevenção à ociosidade e à mendicância infantil, à intervenção do governo federal no território e à implantação de pequenos investimentos orçamentários. Diante de todo o exposto na criação do Projeto Casulo, o único objetivo do governo federal era manter a ordem nacional, quando em seu primeiro discurso ele fala da prevenção de se manter a segurança nacional fazendo a intervenção em todo o território através do projeto, o mesmo, entrava na esfera estadual sem precisar de autorização previa, quando fez os pequenos investimentos, adotou a participação da comunidade utilizando os recursos comunitários, neste momento, utilizava à retórica nacionalista “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Na década de 80, a pré-escola sofreu com a ausência de políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento, dentro desta, estava à falta e a insuficiência de professores qualificados, a escassez de programas inovadores e a falta da participação familiar. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso IV, determinou como “o dever do Estado com a educação às crianças de zero a cinco anos, será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei (9.394/96) confirma o que determinou a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 29º.

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social,

complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

A educação infantil através da nova LDB passou a ser oferecida em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao Município o oferecimento da educação infantil em creches e pré-escolas, mas, ambas as instâncias mantêm como prioridade o ensino fundamental. Ao Município compete também baixar normas complementares às leis maiores, bem como autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seus sistemas de ensino, e aqueles mantidos por particulares. Convém reiterar que se faz necessário que haja uma política de educação infantil, integrada e articulada nas três esferas de governo: União, Estados e Municípios, devido à importância dessa fase para o desenvolvimento integral da criança, como ser único e indivisível, completo e dinâmico, em intensa relação com as pessoas e com o meio social onde está inserida. A inserção da Educação Infantil ao sistema regular de ensino definiu as instituições que atuam com essa faixa etária, como instituições educativas, sejam elas públicas ou particulares. Também, são responsáveis junto com as famílias, pela promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos, além de garantir o educar/cuidar de forma efetiva e eficaz.

2.2 Na Escola Municipal Deputado José Mariz

2.2.1 Histórico da escola

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental e EJA Dep. José Mariz está localizada à Rua, Prof.^a Maria Amélia, S/N, Jacumã, Município de Conde, litoral sul paraibano.

Há aproximadamente 20 km de distância da capital de João Pessoa, foi fundada em 1977 pelo prefeito em vigor Almir Correia, que homenageou o Deputado José Mariz, dando o seu nome a esta Unidade Escolar. Ela foi reestruturada na administração de Aluizio Vinagre Régis em 1980, pois de acordo com as funcionárias mais antigas da escola, a mesma ainda estava de todo modo bem atrasada, era uma casa que colocaram o nome de escola, que tanto recebia alunos das séries iniciais como servia de creche.

Nesta casa/escola só existiam duas salas, uma abrigava alunos da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série juntas e a outra servia como posto de saúde para a comunidade. Após a saída do posto de saúde do ambiente educacional, a sala que servia de posto passou no momento a servir como creche, então a escola agora era, escola e creche com uma estrutura física que tinha: duas salas, dois banheiros, uma cozinha e uma secretaria para as duas instituições, uma servia ao serviço social do município e a outra a secretaria de educação ao mesmo tempo.

De acordo com a conversa informal que mantive com uma funcionária da escola que já havia sido aluna da instituição entre o final da década de 70 e o início da década de 80, ela relatou-me um fato bastante pitoresco da instituição. Quando a escola era apenas uma casa que servia de creche e escola, no quintal dela, existia outra casa que morava uma doente mental, esta senhora vivia ameaçando bater nas professoras, por este motivo a escola foi transferida para outra localidade conhecida como Vila dos Pescadores e ainda hoje permanece como Vila dos Pescadores.

A instituição educacional só sofreu mudanças em sua estrutura física por volta do ano de 2002, onde foi ampliada e reformada pelo então prefeito Temístocles de Almeida Ribeiro. Entre os anos de 2008 a 2009 foi realizada mais uma reforma e ampliação da estrutura física conforme o quadro, também neste mesmo período foi implantado o ensino Fundamental II, para atender as necessidades desta localidade isto na gestão do prefeito Aluizio Vinagre Régis.

Não há como negar que a escola José Mariz foi transformada em uma nova estrutura física, e que a educação Infantil da instituição ganhou uma sala específica para os pequenos, mesmo sendo exclusiva para as crianças, não há sanitário específico para os mesmos, as crianças dividem os sanitários com todos os outros alunos, o que a faz diferenciá-la das demais, são as carteiras e cadeiras adequada para crianças conforme a *figura 2*¹ em anexo. Com a nova estrutura, houve novas mudanças, tanto no quantitativo de funcionários, quanto dos alunos, o quadro geral de funcionários e de alunos tiveram um aumento bastante significativo, onde hoje temos o quantitativo de 80 funcionários e 700 alunos nos três turnos.

A escola se dedica a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos, sendo o 1º segmento corresponde a 1ª etapa (1ª e 2ª séries) e 2ª etapa (3ª e 4ª série). O 2º segmento corresponde da 5ª a 8ª

¹ Figura 2. Sala de aula, posição das carteiras. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)

série semestralmente. É atendida pelos projetos PMAE (Projeto de Municipalização de Merenda Escolar), PDE (Projeto de Desenvolvimento da Escola), PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola) e o Mais Educação (Educação por tempo Integral), permiti que as crianças que tenham perfil de vulnerabilidade social passem o dia todo na instituição, onde encontram oficinas pedagógicas, que os ajudem a melhorar sua vida escolar e social. O PMAE é administrado pela Secretaria de Educação, os demais, são acompanhados pelo Conselho Escolar vigente, onde todas as ações e recursos financeiros são direcionados e aplicados a partir da realidade desta.

Ao chegar, em 2007 para trabalhar na escola José Mariz onde outrora haviam ocorrido mudanças na sua estrutura para adequação ao novo panorama educacional, não observei mudanças, pois estas chegaram logo no início do ano de 2008. O gestor municipal deste período, deu início a mais uma nova e última reforma estrutural da instituição prevendo o aumento do número de alunos, por que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96 – admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade, a escola precisava adequar-se para receber esta nova demanda de alunos. Pois, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Aprovou o Plano Nacional de Educação/PNE. E o Ensino Fundamental de nove anos se tornou meta progressiva da educação nacional.

Ao chegar à escola para trabalhar em 2007 como professora, encontrei a educação infantil na instituição sem grandes transformações, a sala era inadequada, tinha algumas mesas próprias para crianças maiores. Hoje os alunos dispõem de carteiras adequadas, uma sala específica designada para a pré-escola. O distrito de Jacumã agora dispõe de uma creche com prédio próprio.

Antes da legislação específica que deu direito de matricular nas escolas as crianças menores de seis anos, não podiam frequentar as instituições escolares públicas, elas só tinham direito a serem matriculadas a partir dos sete anos de idade. As crianças abaixo dos sete anos só poderiam frequentar as creches, pois neste período pertenciam a Secretaria de Ação Social dos Municípios. Então, a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – alterou a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental. E a Resolução de 3 de agosto de 2005: Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

As mudanças nas leis deveriam trazer obrigatoriedade de se fazerem mudanças estruturais nas instituições que ofereçam a pré-escola, no entanto, o que se observa é uma estagnação em paralelo as políticas públicas existentes.

Como a escola já havia sofrido várias reformas em sua estrutura física continuou recebendo as crianças da pré-escola, onde em suas salas não havia e não há estrutura para acolher crianças, os banheiros não são adequados, pois tanto servem para as crianças quanto para os adultos, o pátio existente não pode ser usado para recreação das crianças, pois como a escola oferece o ensino fundamental II no mesmo horário, não existe disponibilidade de tempo para as crianças brincarem, elas ficam confinadas dentro da sala de aula no horário de recreação, a escola não dispõe de jogos lúdicos e pedagógicos, e de acordo com minha pesquisa as professoras não recebem curso de formação continuada para se qualificarem nesta modalidade de ensino.

2.2.2 Perfil da comunidade escolar

Por se tratar de uma comunidade litorânea sua subsistência socioeconômica se ancora no turismo, na pescaria (rudimentar), na construção civil (autônomos) e no funcionalismo público. A população jacumãense é de baixa renda, dispondo apenas de uma unidade de ensino público e duas escolas privadas de pequeno porte. O distrito é servido de uma só linha de ônibus (Santa Maria) e o preço da passagem é considerado alto, sendo este um fator relevante para que muitos desistam de continuar seus estudos na capital, limitando-se aos conhecimentos que assimilaram na sua localidade. Na sua grande maioria as ruas não são calçadas e não possuem saneamento básico. Quanto ao aspecto religioso, existem alguns segmentos: evangélico, católico e outros. Sua cultura é variada, destacando-se como: carnaval, São João, desfile cívico, réveillon e outros eventos importantes nas datas comemorativas. Na dança destaca-se o forró e a lambada. No âmbito geral, Jacumã está em processo de desenvolvimento para melhor atender as necessidades básicas da população.

2.2.3 Função Social da Escola

A Escola Municipal Dep. José Mariz trata como sua função social produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, para que a escola seja efetivamente uma Escola Cidadã, que priorize o acesso, permanência e sucesso dos alunos. No contexto geral a escola surgiu da necessidade de transmitir os conhecimentos acumulados pela Humanidade, a qual no decorrer do tempo, foi assumindo um papel mais amplo, estendendo-se à educação de valores e até ao “assistencialismo”.

Os saberes repassados pela escola, muitas vezes, atendem às políticas públicas, uma ideologia de governo, e na atualidade têm-se a concepção de que a instituição escolar deve informar e formar o aluno, o que acaba interferindo na qualidade de ensino, devido às suas múltiplas responsabilidades. Diante da real situação, observo que não existe escola para todos, pois não se consegue atender a todas às diferenças, trabalhando somente com a igualdade. Assim, a desigualdade é ignorada, o que acaba gerando a exclusão. Nas questões emergentes da sociedade, muitas vezes a escola responde ora de forma alheia se omitindo, e às vezes, de forma alienada quando não assumi uma posição, o que acaba dando espaço para que não haja solução dos problemas.

Para que se tenha uma melhora no atendimento e na formação dos alunos, a escola deve assumir o compromisso e a função de formar o cidadão completo nos campos: afetivo, emocional, social e cognitivo. Se for levado em conta somente o conhecimento pelo conhecimento, não estará sendo dada a devida importância às necessidades contemporâneas dos alunos em resposta a sociedade que espera que a escola cumpra sua função.

Assim, entendo que o grande desafio da E.M. Dep. José Mariz é o de garantir um acolhimento agradável, oferecendo e proporcionando condições favoráveis e necessárias adequadas em todas as suas áreas de atuação, bem como, se possível oferecendo um ambiente prazeroso e estimulante a todos que adentrem os seus portões, que sejam para trabalhar ou estudar, que estes sintam prazer em frequentá-la.

3. POLITICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para falar de criança tenho que compreender primeiro o significado da palavra, de acordo com o dicionário Aurélio: criança subst. fem. 1. Ser humano de pouca idade, menino ou menina. 2. Figurado Pessoa ingênua, infantil. Para os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006. V.1), a concepção de criança é dada da seguinte forma “a criança é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura”. (p.13).

Diante do exposto acima, entendo criança como um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas, portanto, para se desenvolver precisam aprender interagindo com o outro, seja no seio familiar ou nos grupos ao qual fazem parte. O RCNEI (2002. P.21) afirma que “Se as aprendizagens acontecem na interação com as outras pessoas, sejam, com os adultos ou com outras crianças, elas também dependem dos recursos de cada criança. Dentre os recursos que as crianças utilizam, destacam-se a imitação, o faz-de-conta, a oposição, a linguagem e a apropriação da imagem corporal.”

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) estabelece ainda uma proposta pedagógica que devem respeitar os seguintes princípios: Éticos, Políticos e Estéticos. Vejamos cada princípio individualmente (p. 16).

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

O educar/cuidar na educação infantil tornou-se um dos assuntos prioritários dos governos, das organizações sociais e dos organismos internacionais. No Brasil, a educação infantil, isto é, o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

As políticas públicas vigentes em nosso país que são voltadas para a educação infantil, estão trazendo um alento para a sociedade e para aqueles que fazem a educação, pois o atendimento em creches e pré-escolas tornou-se um direito social das crianças, no entanto, para se chegar a esse processo, foram necessárias a participação dos movimentos sociais e dos profissionais da educação infantil. A resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, onde estabelece no Art. 5º, parágrafo 1º “É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”, o 3º parágrafo fala da obrigatoriedade de matricular “as crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil”.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus princípios fundamentais no Art. 3º Inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E define, no Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como a escola deve ser uma instituição cuja finalidade não poderá fugir do que diz a Constituição Federal, a mesma deverá ofertar ao aluno uma formação global, visando seu desenvolvimento pleno, onde com isso, o mesmo possa tornar-se um cidadão consciente de seus direitos e seus deveres. Para que sua aprendizagem ocorra de modo satisfatório a escola, bem como, o profissional que atuam junto às crianças, devem adotar novos recursos didáticos pedagógicos para que possam dinamizar e inovar ou renovar suas técnicas pedagógicas educacionais, levando as nossas crianças a obterem uma aprendizagem realmente efetiva, tendo como objetivo o crescimento e o desenvolvimento intelectual e social dos mesmos e dando-lhes oportunidades de tornarem-se cidadãos plenos de saberes e conscientes do seu espaço e sendo seres mais felizes.

Não há como negar ou até mesmo esconder a discrepância entre as políticas públicas vigentes e a realidade social vivenciada pelas crianças em nosso país, principalmente no município de Conde, onde fiz o estágio, a oferta é gratuita é

pública e, no entanto, a qualidade que é oferecida na instituição é bem inferior ao que é proposto pelas leis que asseguram a qualidade na educação.

Nos Parâmetros Nacionais de Qualidade (2006. V 2.), na seção que trata sobre as propostas pedagógicas das instituições, destaco a de número 2 que diz: “As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil promovem as práticas de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível”. (p.32)

A educação neste contexto se torna fundamental para que as crianças possam adaptar-se de maneira integral sem que haja pressão, onde esta questão de adaptação na maioria das vezes podem frustrar as crianças, ao se tornar obrigatória. As crianças aprendem brincando e interagindo com o outro de forma livre e espontânea, essa interação pode se dá com outras crianças ou até mesmo com os adultos. Para Marieta Nicolau, segundo afirmou Rousseau, “a educação não vem de fora, é a expressão livre da criança no seu contato com a natureza”. (2013. P. 182)

Para que as crianças possam expressar-se livremente, precisam de ambientes adequados e de acordo com sua faixa etária, onde estes lhes favoreçam em seus momentos de livre expressão. No entanto, observando a *figura 5*² percebe-se que o ambiente oferecido às crianças na instituição não é propício para a sua aprendizagem, sendo o espaço apertado, cadeiras dispostas uma atrás da outra, demonstrando que a profissional ainda cultiva os métodos tradicionais de ensino. A concepção deixada por Montessori em relação à organização do ambiente escolar é que, não deveriam utilizar carteiras presas, não usar prêmios de reforço e abolir os castigos, a criança deve manifestar-se espontaneamente nesse modelo de organização.

Ao não permitir que as crianças tenham liberdade de brincar ou movimentar-se espontaneamente, acaba-se reprimindo seus estímulos cognitivos, como também, sua afetividade em relação ao outro, sua ludicidade e enfim, a criança é condicionada a continuar dentro de uma educação a muito já ultrapassada. Marieta Nicolau transcreveu as concepções de Froebel e a primeira me chamou atenção, pois fala da educação o seguinte: “a educação deve se basear na evolução natural

² Figura 5. Professora em seu momento de intervalo. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)

das atividades da criança”. (2013. P. 188), essa concepção, entra em contradição com a educação oferecida na instituição. Pois, as crianças permanecem sentadas praticamente a tarde toda e inquietas pelas condições que se encontram ficam em pé quase que constantemente, andam entre as carteiras, brincam umas com as outras e quase sempre estão pedindo permissão para ir ao sanitário ou tomar água. Toda essa observação encontra-se na contramão do que escreveu Sonia Kramer, “as crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura”. (2013. P. 203)

Ao fazer a leitura do Projeto Político Pedagógico da escola, encontrei apenas as citações das políticas públicas estudadas nessa pesquisa, não há um desdobramento diferenciado das políticas existentes, infelizmente o PPP deixou uma lacuna nesta modalidade de ensino. A criança hoje é vista como um ser social dotada de todos os direitos, coisa que antes na Idade Média eram tidas como um adulto em miniatura, o sentimento de infância que existia para com elas, era o da consciência da particularidade infantil e não afeição. Hoje, de acordo com Sônia Kramer “O sentimento de infância resulta, pois, numa dupla atitude com relação à criança: preservá-la da corrupção do meio, mantendo sua inocência, e fortalecê-la, desenvolvendo seu caráter e sua razão”. (Coletânea 7. p. 150)

4. O PERFIL DO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O profissional da educação infantil poderá e deverá criar condições para que as crianças possam desenvolver-se harmoniosamente em todos os seus aspectos e em todas as áreas do seu desenvolvimento. Ao lembrar o momento no qual estagiei na sala de educação infantil, lembrei que estes aspectos em sua grande maioria estavam relegados a um canto, ou talvez, nem existisse para a profissional que ali se encontrava diante de crianças ávidas para descobrir um novo mundo onde neste entram, os jogos lúdicos, novas palavras, a descoberta dos números, a interação com o outro e assim, eles possam aprender brincando.

Fiquei me perguntando o porquê de uma profissional que trabalha com crianças não procura melhorar sua metodologia profissional, observei que a instituição também não oferece condições, tanto na parte pedagógica oferecendo materiais didáticos pedagógicos para que a profissional possa desenvolver de forma dinâmica o seu trabalho, quanto na questão da estrutura física, pois os espaços existentes na escola não permitem que as crianças usem os jogos e as brincadeiras lúdicas para seu desenvolvimento pessoal e social, pois de acordo com as *figura 3*³ e *figura 4*⁴ o brincar se torna perigoso devido às escadas e os corredores estreitos que existem. Juntando-se a estes fatores, temos a ausência de um perfil não condizente da profissional da educação infantil, todos esses problemas observados e somados no decorrer da vida acadêmica dos alunos dessa instituição educacional, podem ser a causa de uma educação escolar deficitária e de má qualidade que estamos encontrando ao longo dos anos em que estes alunos estão na instituição.

No Brasil, já estamos a alguns anos vivenciando diversas mudanças e transformações sociais, econômicas e políticas. As políticas públicas voltadas para a área educacional, esta transformando todo o contexto social do nosso tempo, principalmente nas instituições de ensino, sejam públicas ou privadas. Entendo que

³ Figura 3. Corredor que dá acesso à sala da educação infantil. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015);

⁴ Figura 4. Escada que dá acesso às salas de aula na parte de cima e para a cantina. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)

nesse meio, a preocupação é, em formar pessoas capacitadas e voltadas para o mercado de trabalho, sendo ou não capazes de exigir seus direitos como cidadãos. Também ocorreram mudanças para os profissionais que atuam na educação, pois de acordo com o Plano Nacional da Educação – PNE - o terceiro bloco de metas, trata da valorização dos profissionais da educação, onde diz o seguinte:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Os profissionais que trabalham com a educação básica, na modalidade educação infantil na Esc. Dep. José Mariz, já estão dentro desse padrão de exigências tanto do PNE quanto da LDB. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegurou que todos os profissionais que trabalham com a educação básica tenham no mínimo uma formação na modalidade Normal ou o Curso de Licenciatura de Graduação Plena, vejamos o que diz a LDB - Lei 9.394/96 em seu Art. 62º.

Art. 62º A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Se para trabalhar com as crianças é exigido uma competência polivalente, estas profissionais por serem polivalentes, deveriam lidar com todas as áreas do conhecimento, e conseqüentemente, poderiam estar fazendo uma reflexão acerca de sua prática pedagógica, no entanto, acredito que por falta de apoio mais intenso dos técnicos ou mesmo a ausência das políticas públicas dentro do espaço escolar, as profissionais em questão não estão trabalhando de forma harmoniosa e conseqüentemente não conseguem atender aos anseios das crianças e de seus

pais que depositam em suas mãos uma confiança a qual ela precisa ser correspondida.

A formação inicial dos profissionais que trabalham com a educação básica, não faz parte apenas de um componente curricular ou de uma estratégia mais ampla de profissionalização do professor, essa formação torna-se indispensável na implementação das políticas públicas voltadas para a educação básica, já que estamos tratando da primeira fase da educação. As profissionais que se disponibilizam a trabalhar com as crianças, precisam estar abertas ao mundo mágico do faz de conta que cerca a educação infantil.

O RCNEI (2002. V. 1 P.41), diz que “A implementação e/ou implantação de uma proposta curricular de qualidade depende, principalmente, dos professores que trabalham nas instituições”. Então, diante do que foi exposta pelo RCNEI, a profissional da educação infantil se torna quase que exclusivamente a responsável pela qualidade da prática educacional específica das crianças. A escola também tem sua parcela de responsabilidade nesse processo, “no que diz respeito à formação de leitores críticos e escritores criativos, começa na educação infantil”, isso na visão de ADRIANNE e TEREZA (1999. P.17).

Durante toda a minha vida acadêmica, pela primeira vez, parei para pensar que o perfil do profissional da educação infantil tem que ser adequado às características e necessidades das crianças, portanto, é esta fase que é importantíssima para a construção do conhecimento e o desenvolvimento intelectual do aluno em sua trajetória inicial de vida estudantil.

Esta inquietação teve início não só com o estágio que fiz, mas, ocorreu em um momento na minha vida de docente, quando sem ter formação específica fui colocada em uma sala de educação infantil, fiquei completamente atordoada, muitos educadores acreditam que estar com uma turma de educação infantil é mais “fácil”, seria para a profissional que não tem compromisso com a educação, pois como já foi dito anteriormente é a fase educacional, mas importante da criança, é nesta hora que a profissional precisa ter aptidão e desenvoltura para trabalhar com os pequenos.

Senti que realmente a profissional que trabalha com crianças na educação infantil necessita ter o perfil específico para tal, a mesma precisa trabalhar o indissociável educar/cuidar. Pois, se faz necessário pensar na criança como um todo

e na sua mais completa diversidade. Segundo Maria M Campos (1999. P.127), “A consideração do duplo aspecto “educar e cuidar” na definição de programas e do perfil do educador decorre dessa importância conferida às necessidades de desenvolvimento da criança pequena”.

No município de Conde as Leis Municipais 255 e 256/01 do Sistema Municipal de Ensino e Conselho Municipal de Educação de Conde, prevê para os profissionais que atuam na educação o Art. 88, onde deixa claro suas responsabilidades para que seja assegurada conforme o artigo uma educação de qualidade.

ARTIGO 88. Aos docentes e demais profissionais da Educação compete:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica da unidade escolar onde prestam serviços;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da unidade escolar;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- IV – ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao processo de educação permanente como valorização do magistério e melhoria do desempenho profissional;
- V – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- VI – Frequentar com aproveitamento as atividades de educação permanentes promovidas ou indicadas pela Secretaria de Educação.

Conforme o artigo citado acima, os docentes e demais profissionais que estão envolvidos no processo de ensino aprendizagem na escola, precisam compreender que a escola é um local dinâmico de saberes, espaço de diálogos, busca permanente de sintonia com nossos tempos, atenta às mudanças e renovações, como também impulsionada pelas necessidades educacionais da realidade circundante, os mesmos, não podem se eximir de seu compromisso com os projetos que buscam a melhoria da educação na instituição ao qual estão vinculados. O RCNEI (2002. V.1) trás em seu diálogo sobre projetos educativos a seguinte frase, “é preciso ter professores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às

questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis”. (p.41)

De acordo com a leitura dos documentos apresentados neste trabalho, compreendi que a Educação infantil, sendo o primeiro passo de um processo educacional que dar-se à na infância que o levará por mais ou menos 12 anos de escolarização, sendo os nove anos iniciais obrigatórios. A Educação Infantil ficou com o objetivo de instruir e preparar essas crianças para o ingresso do ensino de nove anos, esta fase que começa no 1ª ano do ensino fundamental menor. Diante de todo o exposto acerca do perfil do profissional da educação infantil, espera-se que ele tenha capacidade e disponibilidade de desenvolver habilidades específicas para se trabalhar com atividades voltadas e adaptadas exclusivamente para as crianças, visando o desenvolvimento integral delas.

Para Maria Malta, segundo escreveu Donohue-Colleta (1994. p.34), as crianças entre 3 e 6 anos tem as seguintes necessidades:

Crianças entre 3 e 6 anos (e acima desta idade) necessitam todas as condições e mais:

- oportunidade para desenvolver habilidades motoras finas;
- encorajamento para exercitar a linguagem, através da fala, da leitura, e do canto;
- atividades que desenvolvam um senso de competência positivo;
- oportunidades para aprender a cooperar, ajudar, compartilhar;
- experimentação com habilidades de pré-escrita e pré-leitura".

Diante destas necessidades explicitadas acima, a profissional necessita proporcionar condições onde as crianças experimentem e vivenciem todos os estímulos e que desenvolvam sua capacidade de aprender a aprender. De acordo com o que descreveu Maria M. Campos segundo MILLIE ALMY (1997. p. 38),

“Maiores oportunidades de treinamento para os educadores que já se encontram na prática são essenciais, em todos os níveis. Este treinamento pode ser realizado por educadores de crianças pequenas que reconheçam que simplesmente dar aulas conceituais para quem está na prática não é suficiente.

Se o fator que mais poderia influenciar o trabalho com a educação infantil seria a formação qualificada do profissional, os profissionais da escola já estão dentro dos padrões exigidos pelo MEC. Por falta de maiores oportunidades descritas

acima, esbarro agora em outra questão que é a falta de uma qualificação específica e de uma formação continuada para a educação infantil, então o que está influenciando essa má disposição profissional, seria a ausência do perfil que não foi demonstrando durante sua atuação na sala no momento do estágio ou então, a falta da formação específica e outro fator determinante nesse processo de ensino e aprendizagem é o não conhecimento de como se deve trabalhar com esta modalidade de ensino, pois para fugir de turmas maiores que teoricamente “dão mais trabalho”, os profissionais de ensino acham mais fácil trabalhar com o infantil, é neste momento que passam a trabalhar erroneamente e deixam de fora equivocadamente o binômio educar/cuidar.

Na unidade de ensino estudada neste trabalho, o corpo técnico, bem como, a gestão e o Conselho Escolar, estão deixando de apoiar de forma mais efetiva as profissionais que realizam seu trabalho dentro da unidade de ensino, pois não observei nenhuma exigência maior destes profissionais em se tratado da educação infantil e aos seus profissionais. A Coordenação Pedagógica da Secretaria de Educação do Município de Conde que trabalha diretamente com a Educação Infantil junto aos seus profissionais, não estão cumprindo com as metas que tratam da Educação Infantil, pois não oferecem cursos de formação continuada ou mesmo apoiando-as em suas necessidades básicas pedagógicas. As profissionais por sua vez, permitem-se continuar nesta situação, acreditando que já são capacitadas por portarem um diploma de curso superior e que, não necessitam de cursos de aperfeiçoamento, tornaram-se acomodadas e satisfeitas com suas metodologias tradicionais, onde sabemos que estas metodologias, não contribuem na aprendizagem das crianças e nem em sua formação pessoal como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever esta pesquisa, onde fiz uma análise do perfil do profissional da educação infantil, deparei-me com algumas questões pessoais à medida que ia desenvolvendo a escrita do tema. No segundo capítulo ao analisar a educação infantil no Brasil, observei que houve muitas mudanças em relação à educação de nossas crianças, logo no início do estudo, elas só recebiam a educação doméstica que era dada pelos parentes ou os criados assumiam essa função. O tempo foi passando, então, surgiu o Jardim da Infância, no entanto, surgiram-me as dúvidas do por que desse nome devidamente apropriado, logo compreendi, que os mesmos são pequenos e para aqueles que criaram o Jardim da Infância, eram flores que precisavam ser cultivadas com todo amor e cuidado que as flores por serem frágeis necessitam. De acordo com Marieta Nicolau, segundo escreveu Pestalozzi “o professor é comparado ao jardineiro que providência as condições para a planta crescer”. (2013. P. 184).

Passamos da fase do encantamento e surgiu a necessidade de cuidar com mais rigor, para que eles não se desviassem do seu rumo, não se tornassem delinquentes ou mendigos, agora a educação não era prioridade, e sim, o assistencialismo devido à desigualdade social que já assolava nossos pequenos brasileiros.

Falando da escola que foi o ponto central da pesquisa, observei que ela deu um salto em matéria de estrutura física e em totalidade de alunos, ela prioriza a formação do cidadão, mas, está se esquecendo de dar qualidade para a formação destes. Perguntei-me como poderia isto está acontecendo, se estes profissionais já dispõem da formação básica exigida pelas legislações que regem o ensino brasileiro e que constam em seu currículo.

Confrontei-me agora com uma questão que não depende da formação básica dos profissionais, o perfil do profissional, este sim é a chave do problema de um ensino de baixa qualidade na escola, pois a qualidade do ensino da educação infantil não depende só das políticas públicas voltadas para esta modalidade, ela esbarra no profissional. O profissional da educação infantil precisa ter como objetivo principal, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e a educação infantil será a pedra fundamental dessa formação. Marieta Nicolau escreveu que de

acordo com afirmação de Froebel “a educação é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a condição humana autoconsciente”. (2013. P. 186).

Para que possamos alcançar a qualidade na educação infantil, o profissional precisa trabalhar com a construção de projetos educativos, onde levem em consideração o educar/cuidar, pois cabe ao professor avaliar sua prática pedagógica para que o educando venha no futuro desempenhar seu papel social como cidadão de forma plena. O profissional é o mediador do processo educativo dentro da instituição, para o RCNEI, (2002.V.1 p.41), sejam “capazes de responder as demandas familiares e das crianças, assim como, as questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis”.

Os profissionais que atuam na educação infantil precisam estar motivados, receber salário digno, condições de trabalho adequado, receber qualificação de forma continuada e ter ao seu lado os técnicos pedagógicos orientando-os, no entanto, se eles não tiverem compromisso com o seu lado profissional e com as crianças, nada disto terá adiantado. Diante do escrito, remeto-me ao que escreveu Paulo Freire quando afirmou que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (1996. P.22)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL**. Coleção Prática Pedagógica. Campinas, SP. Papirus, 1999.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**. Brasília. MEC/SEF, 2001.1v.:il.

BRASIL. Ministério da Educação; SEB. **PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**. Brasília. DF

BRASIL. **SENADO FEDERAL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: nº 9394/96**. Brasília. 1996.

CAMPOS, Maria, Malta. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA CRIANÇAS DE 0 A 10 ANOS: MODELOS EM DEBATE**. Educação & Sociedade.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA**. 2ª ed. Curitiba: positivo, 2011.

FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA**/Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996(Coleção leitura)

FREITAS, Marcos Cezar de. **HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL**. 7ª Ed. São Paulo. Cortez, 2009.

KRAMER, Sonia. **CONCEPÇÃO ATUAL DE INFÂNCIA**. Coletânea de Textos Didáticos – Curso de Pedagogia. Campina Grande. PB, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CNE; CEB. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf> Acesso em: 25 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Brasília. MEC/SEB, 2009.

NICOLAU, Marieta Lúcia M. **CONCEPÇÃO ATUAL DE INFÂNCIA**. Coletânea de Textos Didáticos – Curso de Pedagogia. Campina Grande. PB, 2013.

PESSOA, Fernando. **Cancioneiro**. Disponível em: <www.jornaldepoesia.jor.br/fpessoa332.html>. Acesso em: 05 jul. 2015.

ANEXOS

Quadro das dependências atuais existentes na escola.

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADES	ADEQUAÇÕES
Diretoria		Não Existe
Secretaria	01	Inadequada
Sala de TV	01	Inadequada
Salas de aula	13	09 Adequadas e 04 Inadequadas
Almoxarifado	01	Inadequado
Cozinha	01	Adequada
Refeitório	01	Não Existe
Área de Serviço	01	Não Existe
Despensa	01	Adequada
Depósito de Material de Limpeza	01	Não Existe
Sanitário para Deficientes	01	Adequado
Sanitário dos Alunos (as)	08	Adequados
Sanitários dos Funcionários	01	Inadequados
Quadra de Esporte Coberta		Não Existe
Pátio Coberto	01	Adequado
Guarita	01	Adequada
Biblioteca		Não existe

FOTOS

Figura 1. Fachada da antiga entrada da Esc. Dep. José Mariz – Foto tirada por Carlos (Maio de 2010)



Figura 2. Sala de aula, posição das carteiras. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)



Figura 3. Corredor que dá acesso à sala da educação infantil. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)



Figura 4. Escada que dá acesso às salas de aula na parte de cima e para a cantina.
Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)



Figura 5. Professora em seu momento de intervalo. Foto tirada por Ana Lúcia (09/07/2015)